§7º, da Lei Municipal nº 15.951/2014, do item 6.10 do Edital nº 02/2015/SMC-NFC – 2ª edição do Prêmio Zé Renato de apoio à produção e desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, e dos itens 4.2 e 4.2.1 do Termo de concessão de prêmio nº 72/2015/SMC-NFC, **APROVO** o relatório final de atividades apresentado pela interessada **OASIS EMPREENHIMENTOS ARTÍSTICOS S/C LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 68.471.853/0001-45, referente a realização do projeto "Operilha na Orquestra Amazônica" pelo núcleo artístico/produtor independente Andréa Bassit de Carvalho. Em consequência, nada a mais a ser tratado, autorizo o arquivamento do presente, observadas as cautelas legais de praxe.

APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL

Processo nº 2015-0.197.917-1

I- À vista dos elementos constantes do presente, em especial do parecer favorável das unidades responsáveis pelo acompanhamento e análise às fls. 115/116 e da manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta, nos termos do artigo 18, §7º, da Lei Municipal nº 15.951/2014, do item 6.10 do Edital nº 02/2015/SMC-NFC – 2ª edição do Prêmio Zé Renato de apoio à produção e desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, e dos itens 4.2 e 4.2.1 do Termo de Concessão de Prêmio nº 55/2015/SMC-NFC, **APROVO** o relatório final de atividades apresentado pela interessada **COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO**, inscrita no CNPJ sob nº 51.561.819/0001-69, referente a realização do projeto "Janelas do Esparrama", pelo núcleo artístico/produtor independente Grupo Esparrama. Em consequência, nada a mais a ser tratado, autorizo o arquivamento do presente, observadas as cautelas legais de praxe.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

PORTARIA 10/CCSP/2016

O Diretor do Centro Cultural São Paulo, com fundamento no artigo 6º, inciso II, do Decreto Municipal nº 19.512/84, e à vista dos elementos constantes no processo 6025.2016/0002827-9, e o parecer da comissão de avaliação (doc. 0482879) nos termos do item 8.2 – Procedimentos para a Cessão de Espaços Acervos da Secretaria Municipal de Cultura do Decreto 56.737/2015, e a manifestação da Assessoria Jurídica do Centro Cultural São Paulo 0523644.

RESOLVE:

1. Autorizar a cessão com dispensa de preço público da Sala de Debates do Centro Cultural São Paulo ao **Instituto de Promoção Humana e Desenvolvimento Social e Cultura – Encrespa Geral**, CNPJ nº 23.304.170/0001-65, representado pela Sra. Eliane Serafim dos Santos, CPF nº 016.040.487-86, para a gravação do programa "Encrespa Convida", nos dias 12/06, 3/7, 7/8, 4/9, 02/10 e 06/11/2016, conforme cronograma (doc. 0479719).

2. O cessionário não poderá utilizar a Sala de Debates para finalidade diversa da prevista nesta Portaria, bem como ceder sua área, no todo ou em parte, a terceiros estranhos ao evento.

3. As atividades desenvolvidas pelo cessionário serão de sua exclusiva responsabilidade, devendo arcar com eventuais prejuízos que vier a causar ao patrimônio público e a terceiros, eximindo o Município de São Paulo de qualquer responsabilidade de neste sentido.

4. O cumprimento das obrigações decorrentes da cessão deverá ser fiscalizado pela Coordenação Técnica de Projetos do Centro Cultural São Paulo.

5. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CESSÃO DE ESPAÇO

Processo nº 6025.2016/0003704-9

I – À vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação 0556290, da Comissão de Avaliação do CCSP e da manifestação da assessoria jurídica, que acolhe, e com fundamento nos itens 6.1.3.20 das Disposições Gerais do Decreto Municipal nº 56.737/2015, **AUTORIZO** a cessão do Jardim Suspenso/Mezanino, localizado na lateral da rua 23 de maio do Centro Cultural São Paulo, à sociedade empresária Infinito Entretenimento e Comunicações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 13.188.290/0001-90, nos dias 18 e 19 de junho de 2016, para realização de evento "Cine Pedal Brasil", conforme solicitação 0556025, mediante pagamento do preço público no valor de R\$ 8.832,00 (oito mil oitocentos e trinta e dois reais), que deverá ser pago nos equipamentos descritos no documento 0556300.

II – A presente autorização fica condicionada à entrega dos bens descritos no item I deste despacho, acompanhados das notas fiscais respectivas.

EDUCAÇÃO

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 4.188, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e conforme o que lhe representou a Coordenadora da Coordenação dos CEUs e da Educação Integral e,

CONSIDERANDO:

- a importância da formação dos profissionais da educação que atuam como conselheiros dos Conselhos de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, como multiplicadores no atendimento às demandas dos conselhos das escolas da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a dispensa de horas dos conselheiros do CRECE, no horário coincidente com seu horário regular de trabalho, resguardado o tempo para locomoção, no dia 21 de junho de 2016, dentre os Profissionais da Educação inscritos para participar e/ou realizar a regência do Seminário "AGIR DEMOCRÁTICO: CERIMONIA DE ACOHLIMENTO E FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CRECE" que será realizado no Auditório da UNINOVE, Situado na Av. Francisco Matarazzo, 364- Barra Funda, das 14 às 17 horas.

Art. 2º - Após a realização do Seminário, os participantes deverão apresentar, no prazo de até 3 (três) dias úteis, comprovante de participação à Chefia imediata referente a cada dia do Seminário, ficando dispensados da apresentação de relatório de participação.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4.189, DE 10 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – EMEF, QUE ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 2º, inciso I da Deliberação CME nº 01/02 e na conformidade do contido na Indicação CME nº 03/02 e do disposto na Portaria SME nº 5.095, de 09/08/05, bem como, consideradas as diretrizes gerais para a elaboração dos Regimentos Educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, fixadas pelo Decreto nº 54.454, de 10/10/13 e normas complementares estabelecidas pela Portaria SME nº 5.941, de 15/10/13,

RESOLVE:

I – Fica autorizado o funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, relacionada no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, à vista do Plano Geral de Implantação de Escola por ela apresentado, que evidencia estar em condições para o pleno funcionamento e com o Regimento Escolar devidamente aprovado pelo órgão responsável.

II – A autorização referida no item anterior tem vigência a partir do início de funcionamento da Escola.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 4.189, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Nº	NOME / ENDEREÇO	DECRETO DE CRIAÇÃO / DE-NOMINAÇÃO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	CAPACIDADE ESCOLAR	REGIMENTO
01	EMEF JARDIM BARTIRA – Estrada Dom João Neri, n.º 2.404 – Itaim Paulista	54.611, de 22/11/2013	10/02/2015	1.050	Portaria nº 32, de 20/05/2015

PORTARIA Nº 4.021, DE 10 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº 120/2016 – SF, publicada no DOC de 4 de junho de 2016,

RESOLVE:

1. CONSTITUIR o Grupo de Planejamento - GP objetivando a elaboração da Proposta Orçamentária para 2017 da Secretaria Municipal de Educação, com os seguintes representantes:

Unidade	Nome	RF	E-mail
GABINETE	Marcos Rogério de Souza	821.054.3	marcos.rogerio@prefeitura.sp.gov.br
GABINETE	Luiz Claudio Marques Campos	810.658.4	lcmcampos@prefeitura.sp.gov.br
COGED	Lourdes de Fátima P. Possani	622.978.6	lpossani@prefeitura.sp.gov.br
COPEP	Ana Lucia Sanches	588.327.0	anasanches@prefeitura.sp.gov.br
COGEP	Mariza Leiko Kubo	118.611.6	marizakubo@prefeitura.sp.gov.br
COCEU	Maria Cecilia Carlini Macedo Vaz	609.598.4	mcarlini@prefeitura.sp.gov.br
COAD	Roseli Morilla Baptista dos Santos	298.091.6	rmbastos@prefeitura.sp.gov.br
COTIC	Vitor Cipriano de Fazio	827.505.0	vitorfazio@prefeitura.sp.gov.br
COPLAN	Marcia Tamiko Moriya	645.483.6	marciamoriya@prefeitura.sp.gov.br

b) DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO – U.O.s 16.11 a 16.23

Unid.	DRE	Nome	RF	E-mail
16.11	Ipiranga	Braz Rodrigues Nogueira	316.197.8	braznogueira@prefeitura.sp.gov.br
16.12	Jaçanã/Tremembé	Roselei Julio Duarte	660.795.1	roselejuduarte@prefeitura.sp.gov.br
16.13	Freguesia/Brasilândia	Eliana Pereira	537.621.1	elianapereira@prefeitura.sp.gov.br
16.14	Pirituba	Marcos Manoel dos Santos	742.816.2	marcosmsantos@prefeitura.sp.gov.br
16.15	Campo Limpo	Alexandre Ferreira Cordeiro	660.068.9	acordeiro@prefeitura.sp.gov.br
16.16	Capela do Socorro	Paulo Cesar Deloroso	559.641.6	pdoloroso@prefeitura.sp.gov.br
16.17	Penha	Marcos Mendonça Barros	138.704.9	marcosmendonca@prefeitura.sp.gov.br
16.18	Santo Amaro	Sonia A. Marcon de Barros	551.335.9	soniamarcon@prefeitura.sp.gov.br
16.19	Itaquera	Valter de Almeida Costa	808.658.2	almeidacosta@prefeitura.sp.gov.br
16.20	São Miguel	Manoel Romão de Souza	568.449.8	mromao@prefeitura.sp.gov.br
16.21	Guaianases	Edson Luis Amario	676.142.9	eamario@prefeitura.sp.gov.br
16.22	Butantã	Andre Luiz Bafume	597.062.8	abafume@prefeitura.sp.gov.br
16.23	São Mateus	Claudete Vieira da Silva	553.850.5	cvsilva@prefeitura.sp.gov.br

c) COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - U.O. 16.24

Unidade	Nome	RF	E-mail
CODAE	Claudia Lopes Macedo	774.671.7	clmacedo@prefeitura.sp.gov.br
CODAE	Márcia Batista Nogueira Shimoda	601.365.1	mbshimoda@prefeitura.sp.gov.br
CODAE	Fabiola Gaigher Pereira	814.770-1	fgaigher@prefeitura.sp.gov.br
CODAE	Aymee Beatriz Vicente	822.253.3	aymeebeatriz@prefeitura.sp.gov.br
CODAE	Luiz Henrique Bambini de Assis	807.673.1	lhbassis@prefeitura.sp.gov.br
CODAE	Maria das Graças Maran	789.465-1	mgmaran@prefeitura.sp.gov.br

2. DESIGNAR o senhor Chefe de Gabinete, MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA, RF nº 821.054.3, como Coordenador do Grupo de Planejamento, e como suplente MARCIA TAMIKO MORIYA, RF 645.483.6, com a competência de coordenar e orientar os trabalhos da elaboração da Proposta Orçamentária para 2017.

3. CABERÁ ao Grupo de Planejamento ora constituído:

I – Traduzir as prioridades das áreas de atuação para o exercício de 2017 em Programas, Projetos, Atividades, Operações Especiais e Detalhamento das Ações (DA), especificando-as para as unidades orçamentárias, órgãos, fundos, autarquias e fundações, garantindo a integração das ações de sua área de competência;

II – Promover, em relação a sua área de competência, a compatibilidade e a coerência da programação proposta com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, com o Plano Plurianual 2014 – 2017, e com os resultados do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento;

III – Garantir, sempre que couber, a compatibilidade entre as previsões de receita e de despesa;

IV – Acompanhar e controlar o cumprimento das metas físicas, a execução orçamentária e financeira;

V – Avaliar, acompanhar e monitorar a execução dos Programas e respectivas ações, na sua área de competência;

VI – Adotar eventuais medidas corretivas no sentido de compatibilizar os Projetos e Atividades com os resultados planejados;

VII – Justificar os motivos de eventual não cumprimento das metas físicas, orçamentárias e/ou financeiras relativas aos Projetos e Atividades, sob sua responsabilidade.

4. O responsável pela inserção de dados relativos à Proposta Orçamentária 2017 no Módulo de Planejamento Orçamentário do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF será a servidora MARCIA TAMIKO MORIYA, RF nº 645.483.6 (marciamoriya@prefeitura.sp.gov.br), e como suplente, LUIZ CLAUDIO MARQUES CAMPOS, RF nº 810.658.4 (lcmcampos@prefeitura.sp.gov.br);

5. O responsável pela entrega eletrônica da Proposta Orçamentária 2017 será a senhora Secretária NADIA CAMPEÃO, RF nº 696.661.6.

6. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

SME
2016-0.118.591-9 - Departamento de Alimentação Escolar (Atual CODAE) - Autorização para servidoras realizarem visita técnica fora do município. – I - Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984 e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, a saída da servidora Carolina Bastos Mendonça, RF 777.925.9, lotada em CODAE, a fim de realizar visita técnica nas instalações da empresa Tangará Importadora e Exportadora S.A., estrada RST 452 – S/N – Km 42,5 – Bairro Novo Paraíso, RS, CEP 95880-000, nos dias 20 e 21 de Junho de 2016. – II - Tal autorização não abrange o custeio dos valores referentes à atividade.

2016-0.118.614-9 - Departamento de Alimentação Escolar (Atual CODAE) - Autorização para servidoras realizarem visita técnica fora do município. – I - Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984 e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, a saída da servidora Cristiana Moraes Pinheiro, RF 811.525.7, lotada em CODAE, a fim de realizar visita técnica nas instalações da empresa Tangará Importadora e Exportadora S.A., estrada RST 452 – S/N – Km 42,5 – Bairro Novo Paraíso, RS, CEP 95880-000, nos dias 20 e 21 de Junho de 2016. – II - Tal autorização não abrange o custeio dos valores referentes à atividade.

TID 15092603 - DRE Pirituba-Jaraguá – EMEF Professor Jairo de Almeida - Autorização para servidores acompanharem alunos em atividade fora do município. – I - Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984 e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, a saída dos servidores listados no cotejo de 24 de Junho de 2016. – II - Tal autorização não abrange o custeio dos valores referentes à atividade.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

SME
2015-0.060.928-1 - Apuração Preliminar- EMEF Carlos Chagas-Agressão a aluno - EMEF Carlos Chagas - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 41, 42 e 115, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE Itaquera às fls. 121 e 122, da Assistência Técnica/SME às fls. 123 a 125 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO a remessa do presente à Unidade de origem para prosseguimento, nos termos do artigo 187 da Lei 8.989/79, alterada pela Lei 10.806/89.

2015-0.078.990-5 - Diretoria Regional de Educação São Miguel - Apuração Preliminar - CEU Três Pontes – Gestão - À vista dos elementos constantes neste processo, notadamente das conclusões alcançadas pela Comissão de Apuração Preliminar às fls. 67 a 81 e 99/100, das manifestações da Assessoria Jurídica da DRE São Miguel às fls. 84 e 102, da Divisão de Normatização e Orientação Técnica de SME às fls. 104 a 107 e das disposições do Decreto nº 43.233/03, DETERMINO a remessa do presente à Unidade de origem para prosseguimento, nos termos do artigo 187 da Lei 8.989/79, alterada pela Lei 10.806/89.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JAÇANÃ / TREMEMBÉ

PORTARIA Nº 64 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

O Diretor Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME 07/14 e do que consta do Protocolo nº 16.10.69.003.020*11, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14, o funcionamento do CEI SAVIC, localizado na Avenida Jardim Japão, nº 1587 – Vila Constança - SP, mantido pela SOCIEDADE AMIGOS DE VILA CONSTANÇA, CNPJ nº 01.636.581/0001-15, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da instituição.

Art. 2º - A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do P.A.2012-0.020.252-6.

Art. 3º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME nº 07/14.

Art. 5º - A autorização mencionada no artigo 1º terá validade de dois anos, a partir da vigência desta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 65, DE 09 DE JUNHO DE 2016

O Diretor Regional de Educação de Jaçanã/Tremembé, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME 2.453/15 com fundamento na Deliberação CME 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI SAVIC, localizado na Avenida Jardim Japão, nº 1587 – Vila Constança - SP, mantido pela SOCIEDADE AMIGOS DE VILA CONSTANÇA, CNPJ nº 01.636.581/0001-15, autorizado pela Portaria nº 064, de 09/06/16.

Art. 2º - A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

PORTARIA Nº 84, DE 10 DE JUNHO DE 2016

A Diretora Regional de Educação - Freguesia/Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 201 da Lei 8989/79, alterado pela lei 13.519/03 e o disposto no Decreto nº 43.233/03,

RESOLVE:

I - Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretária do último:

- Roberta Popov Pavan RF 656.959.5/2
- Celina Cândida e Silva Krasimar RF 590.361.1/4

II – A comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativas ao contido no PA, nº 2016-0.098.752-0, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

III – Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

PORTARIA Nº 107, DE 09 DE JUNHO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do Protocolado nº 16.72.001*2016 expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14, o funcionamento do CEI CRISTO LIBERTADOR I, localizado na Rua Basílio Ramos nº 75, Vila Gilda, São Paulo, mantido por MOVIMENTO COMUNITÁRIO CRISTO LIBERTADOR, CNPJ 52.804.861/0001-26, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da Instituição.

Art. 2º - A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do P.A. 2015-0.117.585-4.

Art. 3º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME nº 07/14.

Art. 5º - A autorização mencionada no artigo 1º terá validade de dois anos, a partir da vigência desta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 108, DE 09 DE JUNHO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI CRISTO LIBERTADOR I, sediado na Rua Basílio Ramos, nº 75, Vila Gilda, São Paulo, mantido por MOVIMENTO COMUNITÁRIO CRISTO LIBERTADOR I, CNPJ 52.804.861/0001-26, autorizado pela Portaria nº 107 de 09/06/16.

Art. 2º - A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 109, DE 09 DE JUNHO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do P.A. nº 2016-0.110.184-4 expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º do art. 7º da

Deliberação CME nº 07/14, o funcionamento do CEI MAREZINHA, localizado na Rua Profº Oscar Campiglia nº 524, Parque Ipê, São Paulo, mantido por ASSOCIAÇÃO MAREZINHA - BMT, CNPJ 18.997.677/0001-01, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da Instituição.

Art. 2º - A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do P.A. 2015-0.178.057-0.

Art. 3º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME nº 07/14.

Art. 5º - A autorização mencionada no artigo 1º terá validade de dois anos, a partir da vigência desta Portaria.